

[BARRADOS – Formandos de Administração de Anápolis não podem pegar documento porque ex-direção da unidade não renovou o reconhecimento do curso

Curso da UEG está impedido de expedir diploma, diz DCE

Marcos Vieira

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) denunciou ao Ministério Público (MP), no dia 19 de fevereiro, que atrasos na renovação do curso de Administração estão impedindo a expedição de diplomas para os formandos. A ação civil pública pede apuração de responsabilidades e punição dos culpados.

De acordo com documentos apresentados pelo DCE, o curso de Administração da Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas (UnUCSEH) da UEG tinha o reconhecimento do Conselho Estadual de Educação (CEE) até 31 de dezembro de 2007, que acabou sendo prorrogado até 31 de dezembro de 2008.

No dia 22 de maio de 2009, o então diretor da UnUCSEH, Nelson de Abreu Júnior, solicitou à Pró-Reitoria de Graduação a renovação do reconhecimento do curso de Administração, mas foi informado que o processo não atendia as exigências do CEE. Ganhou um prazo então, até 30 de junho daquele ano, para fazer as correções.

O DCE alega que por duas vezes o diretor do curso recebeu memorandos cobrando os documentos



THIAGO ALVES entrou com ação no Ministério Público solicitando punição

para renovação do reconhecimento do curso, em 28 de outubro e em 20 de novembro de 2009. Sem respostas, não foi possível efetivar o processo no CEE ainda no ano passado.

Além deste problema, o presidente do DCE, Thiago Alves de Souza, diz que em 2007 a UnUCSEH alterou, "por conta própria", a habilitação do curso de Administração sem passar pela Pró-Reitoria de Graduação

e pelo CEE, desrespeitando portarias, o que fez com que formandos a partir daquele ano estejam impedidos de solicitar seus diplomas.

Ofício encaminhado pelo Pró-Reitoria de Graduação da UEG ao vice-presidente do DCE, Frank Boniek Coelho, datado de 5 de fevereiro, informa que os formandos de 2007 e 2008 terão seus diplomas expedidos, exceto aqueles com habilitação em Marketing, por não estarem

amparados por portaria.

O documento cita que as habilitações em Humana, Industrial, Mercadológica e Empresarial são reconhecidas por portaria, mas ressalta que os concluintes de 2009 não poderão pegar seus diplomas porque o reconhecimento do curso de Administração está vencido. Por fim, informa que o projeto pedagógico para o curso para renovação do reconhecimento ainda não foi enviado ao CEE, mas encontra-se em fase de reelaboração na unidade.

Outro ofício encaminhado ao vice-presidente do DCE, pelo presidente do CEE, Marcos Elias Moreira, datado de 4 de fevereiro, informa o vencimento do reconhecimento do curso de Administração junto ao órgão. "Esclarecemos que é permitido a toda instituição de ensino superior emitir diploma, desde que o curso esteja devidamente autorizado e reconhecido", diz o documento.

Thiago Alves de Souza informa que no dia 9 de fevereiro deste ano o DCE enviou ao reitor da UEG pedido de abertura de inquérito administrativo com o objetivo de apurar as responsabilidades pelo caso, classificado por ele como "vergonhoso". Segundo o presidente da entidade, formandos estão "desespe-

ENTENDA O CASO

Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) determina que o requerimento solicitando reconhecimento de cursos de graduação e de autorização de novas habilitações deve ser protocolado no órgão contendo a documentação que comprove a execução do projeto de curso autorizado.

Ainda segundo o CEE, a renovação do reconhecimento do curso deve ser feito no prazo máximo de 180 dias antes do vencimento de validade do reconhecimento do curso.

O curso de Administração da UnUCSEH foi reconhecido em 11 de maio de 2005 até 31 de dezembro de 2007.

O CEE prorrogou esse reconhecimento até 31 de dezembro de 2008.

Em 22 de maio de 2009 o diretor da UnUCSEH enviou à Pró-Reitoria de Graduação o pedido de renovação do reconhecimento. Três dias depois o então diretor Nelson de Abreu Júnior foi informado de erros no processo e que o prazo para correção iria até 30 de junho daquele ano.

Em 28 de outubro e 20 de novembro de 2009 a Pró-Reitoria de Graduação cobrou do diretor da unidade providências para renovação do reconhecimento do curso, mas nada foi feito.

Dia 19 de fevereiro deste ano o DCE entrou com ação civil pública no MP cobrando apuração de responsabilidades e punição dos culpados.

rados" porque não conseguem seus diplomas.

O líder estudantil cita que caso semelhante aconteceu em São Paulo e a Justiça determinou que a faculdade pagasse, a título de indenização, um salário mínimo mensal a cada for-

mando durante os anos que eles ficaram sem o diploma. "Uma coisa é certa: existe um crime de responsabilidade cometido por alguém e em função deste crime, mais de uma centena de alunos que se formaram foi prejudicado", relata Thiago.

Dívida da prefeitura é de R\$ 138 milhões

Marcos Aurélio Silva

O prefeito Antônio Gomide (PT) e seus secretários apresentaram, conforme determina a lei, o relatório de gestão fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2009, em audiência realizada nesta sexta-feira (26), na Câmara Municipal de Anápolis.

Como nas outras apresentações dessa administração, o prefeito acompanhou de perto as explicações de seu secretariado. A prestação de contas foi mediada pelo secretário municipal de Fa-

zenda, José Roberto Mazon, e gradativamente cada auxiliar esclareceu os assuntos referentes à sua pasta.

O presidente da Câmara Municipal, Sírio Miguel (PSB), e os vereadores Amilton Batista (PTB), Assef Nabben (PMDB), Carlos Antônio (PSC), Fernando Cunha (PSDB), Gina Tronconi (PPS), João Feitosa (PP), Mauro José Severiano (PDT), Pedro Mariano (PP), Valmir Jacinto (PR) e Wesley Silva (PMDB) estiveram presentes na audiência.

José Roberto Mazon foi o primeiro a apresentar os nú-

meros. Segundo ele, a Prefeitura tem buscado equacionar a receita e as despesas de forma a garantir novos investimentos para o município. Mazon disse que a administração está tranquila quanto aos números, que estão enquadrados nas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. "O gastos com pessoal hoje é de 39,4% distante dos 54% permitido pela lei, isso nos da certa tranquilidade", apontou.

Outro dado apresentado pelo secretário de Fazenda foi os números da dívida

fundada do município. Não houve redução desses débitos, mas segundo Mazon, negociações estão sendo realizadas para que ainda neste quadrimestre ela sofra uma queda de cerca de 30%. "Estamos negociando a dívida do INSS, da Celg e do FGTS. Vamos ter resultados positivos na apresentação das contas no próximo mês de maio", contou.

Hoje município tem uma dívida fundada no valor superior a R\$ 138 milhões. Somente para a falida Caixa são devidos aproximadamente R\$ 49 milhões. Ainda estão na lista de credores a Caixa Econômica Federal, Ministério da Fazenda, Agência Goiana de Habitação e Celg.

A secretária de Educação, Ciência e Tecnologia, Virginia Melo, também se pronunciou a respeito das ações realizadas pela pasta. Segundo ela foram feitos uma série de investimentos visando dar qualidade na rede de ensino municipal. A compra 16 novos ônibus escolares, que tiveram o custo de R\$ 3,2 milhões, e a reforma e ampliação de salas de aulas, onde foram investidos R\$ 57,5 milhões, foram os destaques da pasta.

Por determinação de lei federal a prefeitura tem que investir 25% de sua receita na Educação. De acordo com a secretária Virginia, o investimento no ano de 2009 representa um índice de 25,4%, portanto acima do previsto constitucionalmente.

A área da saúde em Aná-



MAZON, Sírio e Gomide na audiência: negociação para reduzir dívida herdada

polis também recebeu investimentos superiores ao mínimo previsto em lei. De acordo com os números apresentados, mais de R\$ 123 milhões foram destinados para o setor, o que chega ao índice de 17,19%, valor acima dos 15% determinados por lei. O diretor de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, médico Elias Hanna, foi quem fez a explanação sobre os gastos. Segundo ele, os investimentos priorizam o melhor atendimento à população.

"Conseguimos contratar 449 novos servidores para Saúde. Isso buscando dar melhor condições para o público que busca atendimento", destacou. A reforma das Unidades Básicas de Saúde também foi lembrada pelo diretor. De acordo com ele, 43 postos passam

por reparos e ampliação. A aquisição de novos equipamentos e o aumento no número de exames realizados também fizeram parte dos investimentos.

"O que foi gasto foi bem gasto. As metas que não foram atingidas chegaram bem próximas", ressaltou Antônio Gomide. O prefeito se mostrou satisfeito com os números apresentados, mas não deixou de fazer uma cobrança. De acordo com ele, muito ainda precisa ser melhorado e que a sintonia com os vereadores é imprescindível para que as metas de seu planejamento seja alcançado. "Essa é uma reunião de trabalho que busca a transparência. Estamos mostrando à sociedade a importância da equação na arrecadação e os gastos", enfatizou.

Unimed 

Anápolis

UNIMED ANÁPOLIS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

23/03/2010

O Presidente da Unimed Anápolis – Cooperativa de Trabalho Médico, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 23 e 40 item IV do seu Estatuto, convoca os seus médicos cooperados para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que se realizará na sede da UNIMED ANÁPOLIS, situada na Av. Fayad Hanna, Qd. B, Lotes 1, 2 e 3 – Cidade Jardim – Anápolis – GO, no dia 23 de Março de 2009, terça-feira, em 1ª convocação às 19:30h, 2ª convocação às 20:30h e em 3ª e última convocação às 21:30h do mesmo dia respectivamente, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1) Reforma Estatutária para inclusão de dois artigos no Estatuto Social;
- 2) Aprovação das Disposições Transitórias inerentes à Reforma do Estatuto Social.
- 3) PIS/COFINS
- 4) Plano Unimed Empresarial IV (Unipop)

Observações:

a) Para efeito de quorum, o número de COOPERADOS legalmente inscritos é de 303 (Trezentos e três), sendo que a Assembleia se instala e funciona regularmente com 2/3 do número de cooperados em 1ª convocação, com a metade mais 01 (um) do nº de cooperados em 2ª convocação e com o mínimo de 10 (dez) cooperados na 3ª e última convocação.

Anápolis, 26 de fevereiro de 2010.

Dr. Danúbio Antônio de Oliveira
Presidente